

EDITORIAL

Brasil, a fábrica do mundo

Não é nenhum sonho ou pretensão dizer que o Brasil reúne, hoje, todas as condições para ter uma das mais produtivas, eficiente e eficazes indústrias do mundo. Maquinário moderno, tecnologia de ponta, trabalhadores capacitados. Com todos esses quesitos favoráveis, por que então não somos a liderança mundial em produção nos diversos setores de nossa indústria?

Porque não somos competitivos mundialmente. Não por problemas de produtividade e qualidade, mas sim por um sistema perverso da legislação brasileira que pune quem produz com uma mordida de 40% de impostos em cada produto fabricado. E obriga os trabalhadores brasileiros a trabalharem 90 dias por ano para "pagar" o governo, retirando mais de 30% na folha de pagamento, sem choro nem vela.

Para crescermos e assumirmos posição de destaque na produção mundial é preciso que a legislação receba reformas urgentes, que resgatem a níveis competitivos os encargos tributários e trabalhistas com o resto do mundo.

Os produtos importados da China pagam em seu país de origem no máximo 13% de impostos, enquanto no Brasil cada peça de vestuário, por exemplo, carrega 42% de encargos. A indústria brasileira pede Justiça e Equilíbrio Econômico.

A desoneração da folha de pagamento, sem a redução salarial, é primordial para

a saúde das empresas intensivas de mão de obra para a conseqüente manutenção e ampliação dos empregos. Não fosse a capacidade e a criatividade de empresários

trabalhadores brasileiros já teríamos sucumbido à concorrência desleal com os produtos chineses, e fechado nossas fábricas, colocando assim milhares de brasileiros em desemprego.

Novamente citando o setor de vestuário: ao longo dos últimos 5 anos,

investimos US\$ 10 bilhões em modernizando nosso parque de máquinas; adquirimos e desenvolvemos novas tecnologias; e estamos capacitando nossos trabalhadores. Tudo para termos uma indústria de roupas forte, moderna e reconhecida em todo o mundo.

Então por que deixarmos com a China o ostentar o slogan de "A Fábrica do Mundo" e não nós, o Brasil? Nós temos que colocar em nossas mentes que podemos, devemos e seremos no futuro esta Fábrica do Mundo. Atrairmos a fabricação mundial para nosso país e geraremos aqui os empregos que estão sendo hoje gerados na China. Resta agora convencer o Governo disso.

Não dá mais para continuar varrendo as ineficiências sistêmicas do País para debaixo do tapete. É hora de arrumar a casa e o Brasil assumir, definitivamente, o título de A Fábrica do Mundo.

Ronald Masijah
Presidente do Sindivestuário



Secretário do Emprego Davi Zaia é homenageado em reunião no Sindivestuário



O desabastecimento do varejo de têxteis e de confeccionados: mais um mito

Página 3



Secretário Davi Zaia é homenageado em reunião no Sindivestuário

Página 4/5



Prorrogado ICMS de 7% para Vestuário até 31/12/2012.

Produção Industrial – Setores Têxtil e Vestuário

O IBGE divulgou a produção física da indústria nacional, com base em janeiro de 2011. Segundo o instituto, a produção da indústria de transformação como um todo teve uma alta de 2,27% em 2011, comparada ao mesmo mês de 2010.

De outro lado, numa queda bastante expressiva, a indústria têxtil recuou 11,64%, neste primeiro mês de 2011, vis-à-vis igual período do ano passado. Por fim, o vestuário cresceu 4,05% no mês de referência da pesquisa, acima inclusive da indústria de

transformação.

Diante desses números, um sinal de alerta fica no radar. Embora possam existir impactos sazonais, mesmo assim a queda de produção na indústria têxtil foi contundente, mesmo tratando-se de um único

mês como base. Sem dúvidas, a constante aceleração no nível de importações contribuiu para esse resultado.

Por fim, muito embora o vestuário tenha apresentado números positivos, inclusive em relação à própria indústria de transformação, não há muito que comemorar, pois o desempenho baixo da indústria têxtil pode ser apenas um primeiro sinal de redução na atividade no restante dos elos da cadeia.

Os próximos meses serão cruciais para que se tenham sinais mais claros sobre o que o ano reserva à atividade industrial. O que se sabe, de forma antecipada, é que o crescimento de 2010 não se repetirá. As ações do governo já apontam nesse sentido, com cortes do orçamento (ainda a serem devidamente explicados) e aumentos de juros o Copom anunciou a nova taxa de juros básica, com alta de 0,5 ponto percentual. Tudo justificado pela necessidade de conter a inflação que beira – nas expectativas do mercado – o teto da meta que é de 6,5% (IPCA).

Cabe ao setor industrial propor ações que melhorem a competitividade sistêmica do setor, uma vez que o mercado nacional deve esfriar – em relação a 2010 – e a recuperação internacional ainda é muito dúbia.



Produção física industrial, por tipo atividades industriais		
Brasil		
Variável = Produção física industrial (Número índice)		
Mês = janeiro 2011		
Tipo de índice	Seções e atividades industriais	Var. %
Base: igual mês do ano anterior	Indústria de transformação	2,27
	Têxtil	-11,64
	Vestuário e acessórios	4,05

Sindiroupas

Diretoria

Heitor Alves Filho – *Presidente*
Max Paul Cassius – *Vice*
Carlos Ernesto Abdalla – *Diretor*
Heitor Alves Neto – *Diretor*
Wilson Ricci – *Diretor*

José Alberto Sarue – *Diretor*
Francesco D'Anello – *Diretor*
Rubens Alberto Cohen – *Diretor*
Renato Cassius – *Diretor*

Humberto Pascuini – *Diretor*
Oswaldo Zaguis – *Diretor*
Antonio Valter Trombeta – *Diretor*

Sindinvest

Diretoria

Ronald Moris Masijah – *Presidente*
Stéfanos Anastassiadis – *Vice*
Maurice Marcel Zelazny – *Diretor*
Joseph Davidowicz – *Diretor*
Sidney Knobloch – *Diretor*

Oscar Dominguez – *Diretor*
Dorival Ceconello – *Diretor*
Luiz Zaborowsky – *Diretor*
Haylton Farias Filho – *Diretor*
Mario Perel – *Diretor*

Eliana Penna Moreira – *Diretor*
Juliana Dominguez – *Diretor*

Sindicamisas

Diretoria

Nelson Abbud João – *Presidente*
Antonio do N. Dias Poças – *Vice*
Heitor Alves Neto – *Diretor*
Antonio Lazar Metran – *Diretor*
Adriana Cury Silveira – *Diretor*

Ronaldo Ferratone Alves – *Diretor*
Déborah Abbud João – *Diretor*
Rodney Abbud João – *Diretor*
Roberto Silva Carvalho – *Diretor*
Vera Lúcia A.C. Carvalho – *Diretor*

Wady João Cury – *Diretor*

A INDÚSTRIA DO

vestuário

Órgão Oficial do Sindinvest, Sindiroupas e Sindicamisas

Supervisão: Maria Thereza Pugliesi
Coordenação de MKT: Bruno Ribas
Jornalista Responsável: Hélio José Perazzolo - MTB: 14.881
Produção e Impressão: Formato Editorial
Contato: (11) 4224-5850

Endereço: Rua Mário Amaral, 172 – 2º Andar
São Paulo - CEP 04002-020
Tel. (11) 3889-2275 / 77
Site dos Sindicatos: www.sindinvestuario.com.br
E-mail: sindinvestsp@uol.com.br



Setor do Vestuário Brasileiro: crescimento e competitividade

Os números não dão amparo à alegação da falta de oferta da indústria têxtil e de confecção nacional, a despeito da alta demanda no varejo. Em 2010, a produção física do vestuário brasileiro aumentou 7,17%, de acordo com o IBGE, número próximo estimado para o crescimento de toda a economia do País.

Isso comprova a tese de que há espaço para que seja ampliada a produção nacional, de forma a atender plenamente à demanda do varejo brasileiro, o atual patamar do nível de utilização da capacidade instalada das indústrias de confecção que é de 82,5%, segundo pesquisa da CNI (dados de nov-2010). Vale registrar, abaixo do encontrado na indústria de transformação como um todo, que está em 84%, no mesmo levantamento.

Importação: 60%

Além disso, as vendas no varejo do setor têxtil e

de confecção, conforme o IBGE, subiram 10%, no ano passado. Já as importações da cadeia, por sua vez, saltaram quase 60%, saindo de US\$ 2,2 bi para US\$ 3,5 bi, entre 2009 e 2010.

Evidentemente, isso não ocorreria se houvessem impeditivos à importação. O que há – e não é só no Brasil, mas no mundo – são ferramentas regulatórias de Comércio Exterior usadas para corrigir determinados desequilíbrios que todos conhecemos, como câmbio sobrevalorizado no Brasil e desvalorizado em países concorrentes, elevadíssimo custo do trabalho por conta de tributos e encargos e que são aspectos que não têm similaridade nos produtores estrangeiros de confecção.

Outro aspecto relevante refere-se aos investimentos no setor, para atender à expansão da demanda em curso e futura. Note-se, por exemplo, que a cadeia têxtil e de confecção do Brasil – apenas por meio de recursos desembolsados pelo BNDES – investiu R\$ 2,1 bilhões em modernização e novas plantas produ-

tivas (alta de 232%, frente ao ano de 2009).

Investimento: US\$ 4 bi

Ademais, no que tange exclusivamente aos sintéticos, o Brasil está investindo mais de R\$ 4 bilhões na Petroquímica de Suape-PE, o que dará – em um curto prazo – muito mais autonomia e escala de produção nacional ao segmento.

Por fim, cabe aqui uma constatação: não há problemas de abastecimento no segmento de vestuário brasileiro. Primeiro porque não há dificuldade de importar e – ao mesmo tempo – não temos altas significativas de preços desses produtos, em uma economia aberta como a brasileira. Ou seja, o consumidor brasileiro tem à sua disposição infinitas opções de compras de seus produtos, sejam eles nacionais ou estrangeiro, num diversificado mercado de roupas e confeccionados.

A FIPE-USP constata isso ao registrar uma inflação de 26%, no vestuário, desde o início do Plano Real, em julho de 1994, até

dezembro de 2010, perante uma elevação no Índice Geral de Preços da ordem de 233%.

Âncora da inflação

O setor de vestuário brasileiro, além de ser uma âncora para conter a inflação, não teme a concorrência internacional – mesmo diante das diferentes formas de tratamento dadas pelo nosso governo. Enquanto qualquer peça de roupas no Brasil carrega 42% de impostos, a mesma peça fabricada na China não tem sequer 15% de impostos.

Empresários e trabalhadores, unidos na defesa das empresas e dos empregos brasileiros, aguardam que o Governo Federal faça a sua parte, e promova as tão sonhadas reformas tributária e trabalhista, vitais para o crescimento e desenvolvimento do setor produtivo brasileiro. Publicado no jornal O Liberal, de Americana-SP.



Sindivestuário recebe Secretário do E



A reunião de diretoria do Sindivestuário, que reúne o Sindiroupas, Sindinvest e Sindicamisas, realizada dia 3 de março, contou com a prestigiosa presença do Secretário do Emprego e Relações do Trabalho, deputado Davi Zaia, e de empresários do setor, diretores dos Sindicatos e de uma delegação de Americana, representando o Pólo Têxtil. A presença do Secretário Davi Zaia é uma de suas primeiras ações como titular da referida Secretaria Estadual. “Faço questão de visitar a Casa do Vestuário

Paulista”, disse, utilizando a expressão que ele sempre tratou nossa entidade, desde os tempos de membro da Frente em Defesa do Setor Têxtil e Vestuário. Durante a reunião o Secretário ouviu dos empresários do setor uma série de reivindicações e sugestões para aumentar a competitividade da indústria paulista e brasileira. Inclusive o pedido de desoneração da folha de pagamentos – que é de responsabilidade do governo Federal – mas, que Zaia apóia e deve ser interlocutor do setor com o Palá-



cio dos Bandeirantes e com o Parlamento em Brasília.

Vestuário: mão de obra intensiva

O secretário e os demais presentes puderam ver uma detalhada apresentação do Sindivestuário sobre questões de competitividade sistêmica, sobretudo trabalhistas referentes ao Vestuário, o segundo setor que mais emprega no Estado de São Paulo -- 260 mil trabalhadores -- e no Brasil -- 1,1 milhão -- e também o maior empregador de mulheres -- 85% da mão-de-obra é feminina.

Emprego Davi Zaia em reunião setorial



Davi Zaia ouviu atentamente a apresentação e mais uma vez prontamente “vestiu a camisa” do Setor de Vestuário, comprometendo-se a “manter uma linha direta com empresários e trabalhadores, no sentido de receber informações e geri-las de forma a equacioná-las nos projetos e ações de sua Secretaria”.

Placa em homenagem Para o presidente do Sindivestuário, Ronald Masijah, a presença do Secretário Davi Zaia na reunião mensal da Entidade mostra a sintonia fina entre o setor e o poder público: “Não é de hoje que o então deputado Zaia acompanha com muita sensibilidade os problemas vividos pelo Vestuário, e pelo que podemos perceber ele continuará conosco, em defesa dos empregos e das empresas do setor”.

Ao final do evento, os presidentes Ronald Masijah e Heitor Alves Filho entregaram em nome dos sindicatos uma placa em homenagem ao Secretário do Emprego e Relações do Trabalho, Davi Zaia.



Dançar com o “lobo” pode trazer problemas à indústria: o vestuário já sente as dores



Fábricas asiáticas, nas quais...



...trabalhadores têm jornadas muito maiores do que no Brasil

A concorrência acirrada não é novidade. Da mesma forma, a invasão de importados também não surpreende mais. O que estremece é a velocidade com que essas importações aumentam por meses seguidos. Para que se tenha uma idéia clara dessa tendência avassaladora, enquanto no mês de janeiro de 2010 as importações de vestuário eram de US\$ 79 milhões, neste mesmo período de 2011, as compras do exterior, neste item, foram de US\$ 131 milhões. Isto é, houve uma alta de 66%, apenas em um ano, segundo dados do MDIC.

Grande parte desses produtos importados, evidentemente, tem como origem a Ásia, especialmente a China. E, o que é pior, Estados brasileiros incentivam essa prática com programas que supostamente teriam o propósito de gerar empregos no Brasil, mais precisamente em Santa Catarina e no Espírito Santo,

sobretudo. Não se pode continuar tratando desse tema apenas com os instrumentos usados até agora. As ações para impedir essa avalanche de importados têm que ser mais contundentes. Subestimar o estrago feito em todo o arranjo produtivo do setor de vestuário pode custar milhares de empregos diretos, além do fechamento de numerosas empresas, com a devida conseqüência em outros elos da cadeia de valor.

“O Mundo é Plano”

O perigo já não está mais à porta; entrou. Em 2010, por exemplo, camisas entraram no País, vindas da China, por US\$ 16,33/kilo, praticamente 50% do preço de todas as outras origens que foi de US\$ 32,33/kilo.

Por isso, é sempre bom lembrar, em seu livro *O Mundo é Plano*, Thomas L. Friedman destaca uma con-

versa de um jornalista com um funcionário graduado do Banco Central da China, tratando das relações de seu país, com os Estados Unidos. Disse o representante do BC chinês: “Primeiro tínhamos medo do lobo, depois começamos a querer dançar com o lobo, e agora queremos ser o lobo”. Importante notar, portanto, se até mesmo a posição de liderança dos EUA pode ser ameaçada, o que se dizer do Brasil, ainda mais no setor de confecções, intensivo em trabalho.

Dessa forma, é condição imprescindível que não só os empresários e os trabalhadores estejam atentos à piora no cenário concorrencial, por conta de todos os problemas que são de amplo conhecimento (câmbio sobrevalorizado no País e desvalorizado nos concorrentes diretos; excesso de tributos, encargos e obrigações acessórias; infraestrutura deficiente e custo do capital num pata-

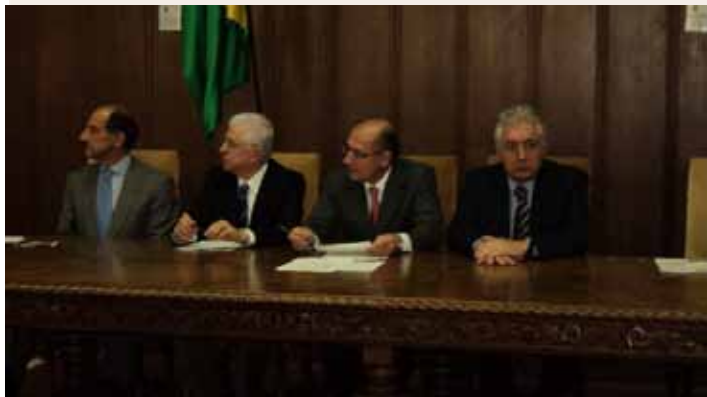
mar sem correspondência internacional). Cabe principalmente aos governos (Federal, Estaduais e Municipais) tomarem medidas concretas em prol da indústria brasileira.

Em busca da competitividade, reduzir imediatamente os custos que recaem sobre a folha de salários seria um bom sinal para a indústria do vestuário. Além disso, Impedir que os governadores adotem ou mantenham medidas que deem vantagens adicionais aos importados também traria alívio ao setor.

O lobo chegou

Ademais, aproximar as taxas de juros cobradas das empresas brasileiras para patamares “civilizados” ajudaria complementar um cenário mais favorável. Por fim, todos os envolvidos – direta ou indiretamente – deveriam preocupar-se com o lobo. Ele chegou; e já faz algum tempo.

Governador Alckmin mantém ICMS para têxteis e vestuário em 7% até final de 2012



O governador Geraldo Alckmin assinou no dia 18 de março decreto que prorroga a redução da base de cálculo incidente na saída de produtos têxteis e de vestuário de forma que a carga tributária do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) seja mantida em 7%, como pleiteava os Sindicatos do Vestuário e Têxtil de São Paulo.

Assim, o benefício que teria o prazo expirado no final do mês de março/11 fica estendido até o dia 31 de dezembro de 2012. Em abril de 2010, durante o governo Serra, houve a redução de 12% para os atuais 7%.

“A manutenção do ICMS em 7% até o final do próximo ano, sem dúvida, é positiva para o nosso setor. Mas, o objetivo maior agora e a efetivação deste percentual”, disse o presidente do Sindi-

vestuário Ronald Masijah.

Para o governador Geraldo Alckmin, a redução da carga tributária faz com que as empresas invistam mais no Estado de São Paulo e ampliem os benefícios para o cidadão paulista.

“A medida tem ainda outros dois objetivos: a geração de empregos e a redução do preço para o consumidor final”, disse.

O presidente do Sindi-roupas, Heitor Alves Filho, manifestou-se satisfeito com a prorrogação do prazo da redução, mas alertou que “o pleito dos sindicatos do vestuário contém outros itens fundamentais para o setor que ainda não foram atendidos e precisam ser apreciados pelo Governo do Estado o quanto antes”.

Segundo o secretário da Fazenda, Andrea Calabi, os benefícios renovados têm

“a virtude de girar a roda da economia pela ampliação da capacidade de produção da indústria paulista”. “Assim, não se incentiva individualmente uma empresa, mas todo o setor em que ela atua, usando mecanismos inteligentes, com baixo impacto na arrecadação imediata, mas também com alto potencial pela ampliação da escala de produção.”

O governador Geraldo Alckmin recebeu os empresários do setor no Palácio dos Bandeirantes, num concorrido evento que contou com a presença do vice-governador, Guilherme Afif Domingos, o secretário da Fazenda, Andrea Calabi, o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, e membros da Frente Parlamentar pela Defesa do Setor Têxtil/Vestuário.



Padronização de medidas e “vestibilidade”

Embora o tema relativo à normalização/ABNT e normalização/INMETRO, já tenha sido abordado inúmeras vezes, gostaríamos de esclarecer algumas questões relativas à Padronização de Medidas do Vestuário e Vestibilidade, assuntos, que nestes últimos tempos vêm sendo amplamente divulgados por toda a mídia. A informação trazida pela imprensa refere-se ao tamanho, que seria enunciado através das medidas do corpo e, não mais através do P,M,G, ou 36,38,40, etc.

Muito se tem falado a respeito de vestibilidade, que confesso, para mim é neologismo, não existe registro do vocábulo nos dicionários pátrios, acredito que a palavra exprima um conceito de bem vestir, de adequação perfeita ao corpo, inclusive, está se tornando um fato comum o uso da expressão “esta roupa é de alta vestibilidade”, o que imagino significar “esta rou-

pa tem excelente caimento”.

Ampla revisão

Pois bem, a partir deste conceito e, da necessidade de atualizar as normas referenciais existentes, através da Associação Brasileira de Normas Técnicas iniciou-se ampla revisão. Este trabalho pretende apenas atualizar as medidas e, para tanto o SENAI/CETIQT vêm realizando o levantamento antropométrico, para definir as dimensões reais do corpo humano brasileiro, que nos últimos anos sofreu alterações significativas. E, nesse sentido, vem sendo procedida a revisão das normas, com o intuito de adequá-las aos novos padrões, e agregar mais informações ao consumidor, mantendo-se, entretanto, o seu critério de voluntariedade e de não obrigatoriedade.

Já foram revisadas e consolidadas a NBR 15525 que trata da Padronização e Etiquetagem de Meias e, que

estabelece referenciais entre medidas de tamanho do pé e calçados e a NBR 15800 que trata da vestibilidade infanto-juvenil. A revisão da norma de vestibilidade masculina já está em andamento e, a feminina ainda não foi iniciada.

O mais importante é esclarecer que as indústrias do vestuário deverão continuar a proceder na etiquetagem dos seus produtos às informações obrigatórias exigidas na Resolução nº 02/08 do CONMETRO, como nome ou razão social, identificação fiscal, país de origem de fabricação, composição têxtil, tratamento e cuidado para conservação dos produtos, e uma indicação de tamanho – P, M, G, ou 38, 40, 42, etc.

Não é obrigatório

Em reunião na ABIT sobre o assunto, o responsável pelo segmento têxtil do INMETRO, Adalgicio Leite explicou aos presentes, que as novas



Dra. Maria Thereza Pugliesi

Advogada dos Sindicatos das Indústrias do Vestuário de São Paulo

normas de vestibilidade não serão obrigatórias e que não haverá fiscalização, assinalou “Um dia, pode ser que seja obrigatório e haja fiscalização, mas no momento não. Se o consumidor se sentir lesado em relação ao tamanho de uma peça, por exemplo, ele poderá reclamar no PROCON”.

Assim, a indústria que quiser poderá incluir em seus produtos um “tag” com as medidas do corpo, cintura, tórax, pescoço, entretanto, reiteramos que se trata de uma informação adicional, e que não dispensa de forma alguma, a indicação de tamanho exigida pelo INMETRO.

PONTO ELETRÔNICO: Adiado para 1/09/2011

Informamos em nosso Boletim Jurídico semanal que a Portaria nº 373, de 25 de fevereiro de 2011, do Ministério do Trabalho e Emprego, adiou para 1º de setembro de 2011 o início da utilização obrigatória do Registrador Eletrônico de Ponto – REP.

No mesmo informe, ressaltamos que a Portaria também estabelece a adoção de sistemas alternativos de controle eletrônico da jornada, mediante negociação e consenso entre Sindicato Patronal e Sindicato Profissional para a inclusão de regras específicas em Convenção Coletiva de Trabalho, ou, através de negociação entre empresa, empregados e Sindicato Profissional, no caso de Acordo Coletivo de Trabalho.

Informamos, ainda, que a FIESP interpôs Mandado de Segurança Coletivo contra as disposições contidas na Portaria 1510/09, que trata do Registro Eletrônico de Ponto – REP, objetivando a suspensão da sua exigibilidade. E, que a medida visava beneficiar os Sindicatos e os seus Associados, assegurando-lhes o direito de continuar

utilizando-se da marcação eletrônica, sem arcar com o ônus financeiro e operacional imposto pela nova legislação.

Pois bem, a FIESP ingressou com sessenta e três Mandados de Segurança, um para cada Sindicato e, o primeiro a obter êxito foi o interposto para o Sindicato da Indústria de Camisas para Homem e Roupas Brancas de São Paulo – SINDICAMISAS.



O Juiz da 86ª Vara do Trabalho de São Paulo concedeu a medida LIMINAR determinando que o Sr. Superintendente Regional do Trabalho no Estado de São Paulo se abstenha de praticar quaisquer atos tendentes a exigir o cumprimento e as adequações previstas na Portaria 1510/09 à todas as empresas associados à respectiva entidade patronal.

A medida é muito importante para garantir às empresas a suspensão da exigibilidade legal, findo o período da sua prorrogação em 1º de setembro de 2011.

Parabéns a FIESP! Vamos torcer para que as decisões que envolvem o SINDIVEST e o SINDIROUPAS sigam a mesma sorte.